

a lista de classificação final dos candidatos ao concurso interno limitado de acesso para provimento de 13 lugares de Enfermeiros Especialistas nas áreas de Enfermagem Infantil e Pediátrica, Enfermagem de Saúde Mental e Psiquiátrica e Enfermagem de Reabilitação, aberto por comunicação interna n.º 39 de 03-12-2008.

Lista de classificação final

	Valores
Enfermagem Infantil e Pediátrica	
Maria da Graça Oliveira Carvalho	17,90
Maria Natália Branco da Cunha	17,40
Paula Cristina Moreira Cardoso	16,40
Enfermagem de Reabilitação	
Maria Dulce Martins Parente	16,60
Sofia Maria Neco Palme dos Santos	15,40
António da Silva Araújo	15,20
António Alberto Barbosa Lima	14,80
Ana Fernanda Ferreira Rocha Vieira	14
Paula Cristina G. Machado Rodrigues	14
Maria do Carmo Arantes Soares	13,80
Helena Cristina Gomes Silva Gonçalves	13,70

Valores

Enfermagem de Saúde Mental e Psiquiátrica

Manuel Joaquim Brito Passos 16

Da homologação cabe recurso, a interpor nos termos e prazo fixados na lei.

1 de Abril de 2009. — O Presidente do Conselho de Administração,
Lino Henrique Soares Mesquita Machado.

201634267

UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DO BAIXO ALENTEJO, E. P. E.

Deliberação n.º 1087/2009

Por deliberação do Conselho de administração da Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo, E. P. E. de 24 de Março de 2009.

José Bernardino Martins Cordeiro Vaz, Assistente Graduado de Medicina Interna, nomeado em Comissão de Serviço como Director de Serviço de Medicina I.

(Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

1 de Abril de 2009. — O Presidente do Conselho de Administração,
Rui Sousa Santos.

201636851



PARTE H

CÂMARA MUNICIPAL DE ALCOCHETE

Edital n.º 350/2009

Luís Miguel Carraça Franco, presidente da Câmara Municipal de Alcochete

Torna público nos termos e para os efeitos do previstos no artigo 148.º do Decreto-Lei n.º 380/99 de 22 de Setembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 316/2007 de 19 de Setembro, rectificado pela Declaração de Rectificação n.º 104/2007 de 6 de Novembro, que a Câmara Municipal de Alcochete deliberou, por unanimidade, na sua reunião ordinária de 10 de Dezembro de 2008, aprovar o Plano de Pormenor do Canto do Pinheiro e remeter o processo à Assembleia Municipal.

Mais se torna público que a Assembleia Municipal de Alcochete, na sua sessão ordinária de 27 de Dezembro de 2008, deliberou, por unanimidade, aprovar o Plano de Pormenor do Canto do Pinheiro.

Dando cumprimento ao estipulado na alínea d) do n.º 4 do artigo 148.º do Decreto-Lei n.º 380/99 de 22 de Setembro, publica-se o presente edital, bem como o Regulamento, Planta de Implantação e Planta de Condicionantes do referido Plano de Pormenor.

31 de Março de 2009. — O Presidente da Câmara, *Luís Miguel Carraça Franco.*

Cópia de parte da acta da sessão ordinária da assembleia municipal de Alcochete realizada em 29 de Dezembro de 2008

Ponto 3 — Plano de Pormenor do Canto do Pinheiro

Com a concordância do Presidente da Assembleia, o engenheiro Vítor Carvalheira fez uma breve introdução explicativa relativa a esta matéria, focando os aspectos técnicos subjacentes a este Plano.

O Plano de Pormenor esteve em consulta pública até ao dia 24.11.2008.

Na discussão, Ana Maria Rodrigues perguntou se todos os lotes tinham logradouro. Respondeu o engenheiro Vítor Carvalheira, informando que os lotes são de pequena e média dimensão, tendo as moradias 2 logradouros: 1 pequeno à frente e outro maior nas traseiras.

Submetido à votação, o referido Plano de Pormenor foi aprovado por unanimidade.

Artigo 1.º

Âmbito de Aplicação

1 — O presente Regulamento aplica-se à área de intervenção abrangida pelo Plano de Pormenor do Canto do Pinheiro — Alcochete, adiante designado como por PPCP-A, localizada na zona nascente de Alcochete, delimitada nas suas peças gráficas, nomeadamente nas Plantas de Implantação e de Condicionantes.

2 — O Plano incide num espaço classificado no PDM de Alcochete como Espaço Urbanizável de Expansão UE3.

3 — O perímetro da área de intervenção, assinalado na Planta de Implantação, abrange uma superfície total de 16,117908 ha.

Artigo 2.º

Objecto do Plano

O PPCP-A desenvolve e concretiza uma proposta de organização espacial, definindo a concepção da forma de ocupação e servindo de base aos projectos de loteamento, de execução das infra-estruturas, da arquitectura dos edifícios e dos espaços exteriores.

Artigo 3.º

Conteúdo Documental

1 — O PPCP-A é constituído por:

- a) Regulamento;
- b) Planta de Implantação (desenho 4);
- c) Planta de Condicionantes (desenho 5).

2 — O PPCP-A é acompanhado por:

- a) Relatório, Programa de Execução e respectivo Plano de Financiamento;
- b) Mapa de Ruído e respectivo Relatório Técnico;
- c) Avaliação Ambiental Estratégica — Justificação
- d) Peças desenhadas:

Planta de Localização Esc: 1/5000 (desenho 1)

Extracto da Planta de Ordenamento do PDM — Esc: 1/25000 — (desenho 1.1)

Extracto da Planta de Condicionantes do PDM — Esc: 1/25000 — (desenho 1.2)

Planta da Situação Existente — Esc: 1/1000 — (desenho 2)

Planta da Situação Existente — Cadastro Actual — Esc: 1/1000 — (desenho 3)

Planta da Implantação — Cadastro Actual — Esc: 1/1000 — (desenho 4.1)

Planta da Apresentação — Esc: 1/1000 — (desenho 6)

Planta da Rede Viária — Esc: 1/1000 — (desenho 7)

Planta de Redes de Infra-estruturas — Esc: 1/1000 — (desenho 8)

Iluminação Pública

Telefones

Electricidade

Planta de Redes de Infra-estruturas — Esc: 1/1000 — (desenho 9)

Gás

Abastecimento de Água

Esgotos Residuais e Pluviais

Planta de Arranjos Exteriores — Esc: 1/1000 — (desenho 10)

Planta de Modelação — Esc: 1/1000 — (desenho 11)

Perfis Longitudinais — Esc: 1/1000 — (desenho 12)

Perfis Transversais — Esc: 1/200 — (desenho 13)

Artigo 4.º

Definições

Para efeitos de aplicação do presente Regulamento, são adoptadas as seguintes definições:

Afastamento — Distância mínima da construção em relação ao limite do lote.

Área Impermeabilizada — Soma da superfície do terreno ocupada por edifícios, vias, passeios, estacionamento, piscinas e demais obras que impermeabilizem o terreno.

Área Utilizável — Área susceptível de integrar os lotes privados edificáveis, não incluindo os espaços livres públicos, arruamentos, áreas de estacionamento público, áreas de equipamentos e áreas verdes.

Área de Cedência Média ou Índice Médio de Cedência — É o quociente do somatório das áreas a afectar a espaços verdes e de utilização colectiva, das áreas a afectar a equipamentos de utilização colectiva, e das áreas a afectar a arruamentos, passeios e estacionamento propostas no PPCP-A pela área total de intervenção.

Cércea — Dimensão vertical da construção, contada a partir do ponto da cota média do terreno no alinhamento da fachada até à linha superior de beirado, platibanda ou guarda do terraço.

Cota de Soleira — Nível superior do primeiro degrau de acesso a um edifício.

Densidade Habitacional — Número de fogos fixado para cada hectare de uma parcela susceptível de ser objecto de operação de loteamento.

Espaços Urbanizáveis — Áreas destinados à construção de novos conjuntos residenciais e respectivas funções complementares.

Faixas de Rodagem — Conjunto de vias de circulação de uma estrada onde não existe separador central (quando existe separador central, como nas auto-estradas e algumas vias rápidas, a plataforma da estrada inclui duas faixas de rodagem uma para cada sentido com uma ou mais vias de circulação).

Índice de Impermeabilização — É o quociente da área impermeabilizada pela superfície total da parcela.

Índice de Ocupação — É o quociente da superfície de ocupação pela área total de parcela ou lote.

Índice Médio de Ocupação — É o quociente da superfície de ocupação proposta no PPCP-A pela área total de intervenção.

Índice de Utilização Bruto — É o quociente da superfície de pavimento pela superfície total da parcela a lotear. Quando a parcela a lotear for marginada por arruamento público a sua superfície total inclui metade do arruamento.

Índice Médio de Utilização — É o quociente da superfície de pavimento proposta no PPCP-A pela área total de intervenção.

Índice de Utilização Líquido — É o quociente da superfície de pavimento pela superfície total da parcela ou lote.

Índice Volumétrico — É o quociente entre o volume do espaço ocupado pela construção, referido à superfície de pavimento e à área da parcela ou lote.

Limite Frontal — Linha que limita um lote do arruamento público de acesso.

Lote — Área de terreno marginada por arruamento, destinada à construção, resultante de uma operação de loteamento, nos termos da legislação em vigor.

Número de Pisos — Número total de pavimentos sobrepostos acima e abaixo da cota de soleira, com indicação expressa dessas duas situações.

Obras de Ampliação — Obras de que resulte o aumento da área de pavimento ou de implantação, da cércea ou do volume de uma edificação existente.

Obras de Conservação — Obras destinadas a manter uma edificação nas condições existentes à data da sua construção, reconstrução, ampliação ou alteração, designadamente, as obras de restauro, reparação ou limpeza.

Obras de Construção — Obras que visam a criação de novas edificações.

Obras de Demolição — Obras de destruição, total ou parcial, de uma edificação existente.

Obras de Urbanização — As obras de criação e remodelação de infra-estruturas destinadas a servirem directamente os espaços urbanos ou as edificações, designadamente arruamentos viários e pedonais, redes de esgotos e de abastecimento de água, electricidade, gás e telecomunicações, e ainda espaços verdes e outros espaços de utilização colectiva.

Operações de Loteamento — As acções que tenham por objecto ou por efeito a constituição de um ou mais lotes destinados, imediata ou subsequentemente, à edificação urbana através da divisão de um ou vários prédios, ou do seu emparcelamento ou reparcelamento.

Parcela — Área de terreno correspondente a cada um dos prédios situados na área de intervenção do Plano, susceptível de construção ou de operação de loteamento e ou aprovação de obras de urbanização.

Plataforma da Estrada — Conjunto das faixas de rodagem e das bermas.

Polígono Base de Implantação — Perímetro que demarca a área na qual pode ser implantado um edifício.

Restrição de utilidade pública — Limitação do direito de propriedade que visa a realização de interesses públicos abstractos.

Servidão Administrativa — Encargo imposto por lei sobre um prédio em proveito da utilidade pública de uma coisa.

Superfície de Ocupação — É a área medida em projecção zenital das construções, delimitada pelo perímetro dos pisos mais salientes, excluindo varandas e platibandas.

Superfície de Pavimento — É a soma das superfícies brutas de todos os pisos (incluindo escadas e caixas de elevadores) acima e abaixo do solo, em edifícios construídos e a construir, quaisquer que sejam os fins a que se destinem, com exclusão de:

Terraços descobertos;

Áreas de estacionamento colectivo ou em cave;

Serviços técnicos instalados nas caves dos edifícios;

Galerias exteriores públicas;

Arruamentos ou espaços livres de uso público cobertos pela edificação e

Áreas de sótão não habitáveis ou que não constituam unidades funcionais nos termos do Regulamento de Urbanização e Edificação do Município de Alcochete.

Vias Urbanas — Constituem os arruamentos dos espaços urbanos e urbanizáveis.

Artigo 5.º

Uso do solo

O PPCP-A estabelece:

- a) Um conjunto de lotes destinados a moradias isoladas, geminadas e em banda, e dois lotes destinados a edifícios de comércio e serviços;
- b) Áreas destinadas a espaços verdes e de utilização colectiva;
- c) Áreas destinadas a equipamento de utilização colectiva.

Artigo 6.º

Parâmetros urbanísticos

Os parâmetros urbanísticos a observar na área de intervenção do PPCP-A, indicados no Quadro Resumo anexo à Planta de Implantação, são os seguintes:

- a) A densidade habitacional é 18,99 fogos/ha.
- b) O índice de utilização bruto é 0,35.
- c) A área utilizável é 39%.

Artigo 7.º

Parcelamento dos Prédios

1 — A divisão dos prédios em lotes para construção urbana respeitará o parcelamento estabelecido na Planta de Implantação.

2 — Os lotes destinados à construção de moradias e a edifícios de comércio e serviços são definidos pelos respectivos limites indicados na Planta de Implantação.

Artigo 8.º

Arruamentos

Na área de intervenção do Plano só poderão ser abertos arruamentos de acordo com o previsto na Planta de Implantação.

Artigo 9.º

Alinhamento e implantação das edificações

1 — Os alinhamentos dos muros de vedação devem coincidir com os limites dos lotes.

2 — A implantação de cada edifício respeitará o limite máximo definido pelo seu polígono base.

Artigo 10.º

Estacionamento

O número de lugares de estacionamento estabelecido para a área de intervenção do plano foi determinado em conformidade com o PDM de Alcochete.

Artigo 11.º

Lotes para Moradias

1 — A distância dos lotes ao eixo das ruas encontra-se determinada na Planta de Implantação.

2 — Estes lotes deverão ser delimitados nas frentes confinantes com a via pública por muretes de alvenaria, não podendo a sua altura exceder 1,00 m.

3 — Para além desta altura, mas não ultrapassando 1,50 m, poderão existir gradeamentos de madeira, ferro, elementos cerâmicos ou vedação com rede metálica e vegetação.

4 — Os afastamentos mínimos na implantação das moradias são os estabelecidos na Planta de Implantação.

5 — A cércea máxima a respeitar será de 7,00 m, não podendo a cota do rés-do-chão ultrapassar a altura de 1,50 m em relação à cota do arruamento ou passeio fronteiro, medida no seu ponto médio.

6 — É permitida a reunião de lotes destinados a moradias, para construção no lote resultante, de uma única moradia, desde que não sejam ultrapassados os parâmetros urbanísticos definidos para o conjunto dos lotes, bem como a integridade do conjunto onde se inserem.

Artigo 12.º

Construção de Anexos e Telheiros nos lotes para Moradias

1 — A Planta de Implantação identifica os lotes para moradias nos quais poderão ser construídos anexos de um só piso destinados a estacionamento, arrumos ou actividades complementares da função habitacional.

2 — Poderão ser construídos telheiros nos lotes para moradias, localizados a tardo, desde que se implantem a mais de 5,00 m de distância da moradia e não ultrapassem a área de 12,00 m².

3 — A altura máxima destas construções (cumeeira) não poderá ultrapassar 3,50 m para os anexos e 3,00 m para os telheiros.

Artigo 13.º

Parqueamento nas Moradias

Dentro do perímetro do lote deverá ser garantido espaço de estacionamento, à superfície ou em cave, na proporção de dois lugares por fogo.

Artigo 14.º

Edifícios destinados a Comércio e Serviços

Nos edifícios destinados a comércio e serviços poderá, também, ser exercida a actividade industrial — Classe 4 — desde que previamente autorizada pela Câmara Municipal.

Artigo 15.º

Uso das construções

1 — Os vários tipos de uso previstos para as construções a levar a efeito na área do Plano estão indicados no quadro anexo à Planta de Implantação.

2 — Nas moradias isoladas e geminadas a Câmara Municipal poderá autorizar o exercício de actividades económicas de natureza não poluente integráveis no tecido urbano residencial.

3 — Não poderá ser utilizada a via pública como extensão dos estabelecimentos comerciais, excepto quando devidamente autorizada pela Câmara Municipal.

4 — As áreas destinadas a comércio deverão ser dotadas de condutas internas, de dimensão adequada e independentes entre si, para ventilação e eventual exaustão de fumos, com saída acima da cobertura.

Artigo 16.º

Estética das construções

1 — A construção das moradias de uma mesma banda respeitará um estudo de alçados de conjunto que garanta o equilíbrio e a coerência na linguagem arquitectónica global.

2 — Os materiais e cores a aplicar nas construções devem ter uma tonalidade clara. Por razões de composição arquitectónica poderão ser utilizados outros tons.

3 — Os telhados serão em telha cerâmica, na cor natural. Excepcionalmente, a Câmara Municipal poderá autorizar outras soluções, desde que devidamente fundamentadas.

Artigo 17.º

Equipamento de Utilização Colectiva

Os espaços reservados a equipamento de utilização colectiva, devidamente assinalados na Planta de Implantação, destinam-se, nomeadamente, a equipamento de saúde, escolar, social e cultural.

Artigo 18.º

Espaços Verdes e de Utilização Colectiva

1 — Os Espaços Verdes e de Utilização Colectiva serão espaços livres, entendidos como espaços exteriores, enquadrados na estrutura verde urbana, que se prestam a uma utilização menos condicionada, nos quais não serão permitidas a descarga de lixo ou entulhos de qualquer tipo e a destruição do solo vivo.

2 — Não serão permitidas quaisquer construções nestes espaços, excepto as de apoio à sua manutenção e quiosques devidamente autorizados pela Câmara Municipal.

3 — Poderá, no entanto, ser permitida a instalação e construção de infra-estruturas, designadamente, colectores de esgotos domésticos e pluviais, rede e postos de transformação de energia eléctrica, desde que não prejudiquem a circulação de peões e se integrem harmoniosamente no espaço verde urbano.

Artigo 19.º

Sistemas de Execução

1 — O presente plano será executado, preferencialmente, através do sistema de compensação.

2 — Em caso de justificada necessidade, podem, no entanto, ser utilizados os sistemas de cooperação ou de imposição administrativa.

Artigo 20.º

Mecanismos de Perequação

Os mecanismos de perequação utilizados são, designadamente:

- a) Índice médio de utilização — 0,3463;
- b) Área de cedência média / índice médio de cedência — 0,6068;
- c) Índice médio de ocupação — 0,3932;
- d) Repartição dos custos de urbanização.

Artigo 21.º

Servidão Administrativa de Passagem

1 — Sobre o lote L52 constituir-se-á servidão administrativa de passagem, ao nível do piso térreo, numa área de 120 m2, para acesso pedonal entre espaços públicos.

Artigo 22.º

Restrição de Utilidade Pública

A planta de condicionantes delimita as zonas adjacentes da linha de água sujeitas a restrições de utilidade pública.

Artigo 23.º

Ampliação, Conservação, Construção e Demolição de Construções Existentes

Nos prédios identificados com as letras L202 e L224 serão permitidas obras de ampliação, conservação, construção e demolição, desde que respeitem o previsto na Planta de Implantação.

Artigo 24.º

Competência

Compete à Câmara Municipal de Alcochete a gestão do presente Plano, cabendo à Assembleia Municipal a resolução de quaisquer omissões ou dúvidas de interpretação e aplicação do regulamento.

Artigo 25.º

Integração no Domínio Público Municipal

As áreas a afectar a infra-estruturas, equipamentos de utilização colectiva e espaços verdes e de utilização colectiva, integrarão o domínio público municipal na sequência das respectivas operações de loteamento.

Artigo 26.º

Entrada em Vigor

O Plano entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação no *Diário da República*.

